“O Regulamento das Missões (1845) e as contradições da legislação indigenista do Brasil Imperial”.

Prof^a. Dr^a. Silvia Hunold Lara (orientadora)\ Laila T. Correa e Silva (bolsista).

Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Departamento de História. Centro de Pesquisa em História Social da Cultura (Cecult).

Resumo

Este projeto contribuiu para a elaboração da base de dados “Legislação: Trabalhadores e Trabalho em Portugal, Brasil e África Colonial Portuguesa”, disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/cecult/lex/web/>. Este é um instrumento de pesquisa que disponibiliza a legislação sobre o trabalho e os trabalhadores no Brasil, em Portugal e na África de colonização portuguesa, incluindo os documentos da política indigenista brasileira produzida nos séculos XIX. Paralelamente, desenvolvemos uma reflexão sobre a legislação indigenista brasileira do século XIX, estudando com maior detalhamento as relações entre o reordenamento e a redistribuição de terras para o estabelecimento de aldeamentos e colônias para os índios, segundo as diretrizes do Regulamento das Missões (24/07/1845) e da Lei de Terras (18/08/1850).

Palavras-chave:

Legislação imperial brasileira, história social do trabalho, aldeamentos e missões indígenas.

Introdução

A análise da legislação indigenista produzida a partir da década de 1840 deu ênfase ao Decreto imperial n. 426, de 24 de julho de 1845, conhecido como *Regulamento acerca das Missões de catequese e civilização dos índios*, e às consequências desse Decreto nas províncias. Estudamos o impacto desse marco legal por meio da resposta dos Presidentes de Províncias em seus Relatórios e nos Avisos, Decretos e Leis sancionadas na segunda metade do século XIX. Esse recorte temporal teve como ponto de partida uma observação de Manuela Carneiro da Cunha, defendendo que o Decreto n. 426 foi o único documento geral do Império que, praticamente, vigou até 1889.¹

Resultados e Discussão

Com base na interpretação do sentido político do Decreto n. 426, que centralizou a questão indígena ao atribuir “o controle das questões chaves para o governo e a administração”,² pesquisamos as mudanças e continuidades na legislação indigenista imperial a partir da década de 1840 até 1889, destacando a resposta das

províncias à aplicação do Regulamento das Missões. Focalizamos, sobretudo, as dinâmicas de controle das terras ocupadas pelos indígenas e a reafirmação da importância de “catequizar” e “civilizar” os índios, com objetivos patentes de integrá-los ao mundo do trabalho.

Conclusões

O estudo da legislação que se seguiu ao Regulamento de 1845 e os Relatórios dos Presidentes de Província que abordaram especificamente a catequese e a civilização dos índios mostra que, infelizmente, a falta de diretores e pessoas capacitadas para as diferentes funções designadas pelo Decreto n. 426 foi apenas um dos problemas enfrentados pelos aldeamentos na segunda metade do século XIX. Os embates e conflitos entre particulares, o governo provincial e o governo imperial também se fizeram presentes em outras questões como a territorial, dos usos da mão de obra indígena e dos recursos destinados aos aldeamentos, configurando uma situação precária para o próprio sustento dos indígenas, espoliados e expropriados de suas terras e sem recursos mínimos.

Agradecimentos

Agradecemos o apoio do PIBIC\CNPq a esta pesquisa.

¹ Manuela Carneiro da Cunha (org.). *História dos Índios no Brasil*, p. 138-139.

² Marina Monteiro Machado. “Leis para terras de uma fronteira étnica: a questão indígena no Império Brasileiro”, em Elione Silva Guimarães, Márcia Maria Menendes Motta (orgs). *Campos em Disputa: história agrária e companhia*. São Paulo: Annablume, 2007, p. 324.